

A. I. Nº - 269200.0033/17-1
AUTUADO - RAMIRO CAMPELO COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA.
AUTUANTE - JOÃO FLÁVIO MARQUES DE FARIA
ORIGEM - IFEP NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 09.08.2018

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0117-04/18

EMENTA: ICMS. DÉBITO FISCAL. ESTORNO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. Comprovado pelo autuante que não foram consideradas as operações relativas às vendas interestaduais, cujo imposto houvera sido objeto de retenção ou antecipação, conforme previsto no art. 302, inc. II do RICMS-BA/2012. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 22/12/2017, exige ICMS no valor de R\$195.424,89, em decorrência do estorno de débito do imposto em desacordo com a legislação.

Consta ainda a seguinte informação: “Contribuinte efetuou estorno de débito do ICMS diretamente em sua apuração do imposto nas EFDs respectivas sem comprovação documental e sem demonstração de sua origem. Descreveu apenas tratar-se de estorno de débito referente a NFs de devolução, provável, ente tratando-se de devolução interestadual de mercadorias sujeitas a antecipação tributária, CFOP 6411, tendo sido o imposto debitado nessas operações abatido do valor lançado nos períodos respectivos. Vide demonstrativo ANEXO 04”.

O autuado apresenta defesa, fl. 15, e, após descrever a infração diz ser indevida a cobrança a ele imputada, conforme levantamento interno realizado acompanhado das respectivas comprovações.

Citando e transcrevendo o disposto no art. 302 do RICMS/BA, destaca que a sua redação é clara em seus propósitos, ao determinar a forma de se proceder em relação as saídas interestaduais de mercadorias que já tiverem sido objeto de retenção ou antecipação do imposto.

Com base no dispositivo citado, apresenta através dos anexos 01 e 02, a Relação/Memória de Cálculo do imposto objeto do estorno, bem como as cópias das notas fiscais de saída interestadual dos meses de Junho e Outubro de 2014 respectivamente, as quais foram objeto de estorno de débito.

Com base nos fatos descritos e documentação apresentada solicita a nulidade do Auto de Infração.

O autuante, ao prestar a informação fiscal às fls. 113 a 115, após transcrever o teor da infração, resumo dos argumentos defensivos e análise dos documentos trazidos pelo contribuinte, diz que para o mês de junho de 2014 houve saídas de aparelhos celulares em devolução com destaque do imposto nos documentos fiscais, bem como registros de débito em sua EFD, no valor total de R\$1.966,04. Considerando que o crédito registrado em sua EFD e lançado no auto de infração para este período de apuração foi de R\$466,21, considera legítima a tese defensiva.

No que se refere ao mês de outubro, verifica-se que o débito gerado por operações do tipo referidas, sujeitas a estorno de débito, nos termos do art. 302, II do RICMS/BA, foi de R\$198.590,55, também maior que o valor lançado, de R\$194.958,68.

Conclui que, no seu entendimento, as considerações prestadas pela Autuada comprovaram a sua assertiva, inexistindo débito a ser imputado ao contribuinte.

VOTO

A acusação fiscal encontra-se assim posta: *“Efetuou estorno de débito fiscal de ICMS em desacordo com a legislação deste imposto”*.

Em complemento foi inserida a seguinte informação: *“Contribuinte efetuou estorno de débito do ICMS diretamente em sua apuração do imposto nas EFDs respectivas sem comprovação documental e sem demonstração de sua origem. Descreveu apenas tratar-se de estorno de débito referente a NFs de devolução, provável, ente tratando-se de devolução interestadual de mercadorias sujeitas a antecipação tributária, CFOP 6411, tendo sido o imposto debitado nessas operações abatido do valor lançado nos períodos respectivos. Vide demonstrativo ANEXO 04.”*

Nas razões de defesa, o autuado assevera ser indevida a presente exigência explicando que obedeceu rigorosamente o disposto no art. 302 do RICMS/BA, que determina a forma de se proceder em relação às saídas interestaduais de mercadorias, que foram objeto de retenção ou antecipação do imposto. Para comprovar a sua assertiva, apresenta planilha indicando os números e respectivos valores dos impostos destacados nos documentos fiscais, assim como cópias dos mesmos documentos.

O autuante ao prestar a Informação Fiscal, concorda com os argumentos defensivos, informando que após análise dos documentos apresentados na defesa, constatou que no mês de junho de 2014 houve saídas de aparelhos celulares em devolução com destaque do imposto nos documentos fiscais, bem como registros de débito em sua EFD, no valor total de R\$1.966,04. Portanto, superior ao lançado no presente Auto de Infração.

Em relação ao mês de outubro, diz que o débito gerado em relação às referidas operações, sujeitas a estorno de débito, nos termos do art. 302, II do RAICMS/98, totaliza o montante de R\$198.590,55, também superior ao lançado no Auto de Infração.

Conclui inexistir débito a ser imputado ao contribuinte.

Acato as conclusões do autuante, pois na peça defensiva restou comprovado que a fiscalização não considerou as operações relativas às notas fiscais de vendas interestaduais de celulares, relacionadas no demonstrativo de fls. 18, 27 e 28, cujo imposto já havia sido objeto de retenção ou antecipação do imposto.

De fato, de acordo com a legislação, o contribuinte poderá estornar o débito destacado nos referidos documentos fiscais, no quadro “Crédito do Imposto - Estornos de Débitos do Registro de Apuração do ICMS”, como assim procedeu (art. 302, inc. II do RICMS-BA/2012).

Assim, como informado pelo próprio fiscal autuante, os documentos trazidos na peça defensiva comprovam a regularidade dos valores lançados a título de “Estorno de débito do ICMS”, lançado em sua Escrituração Fiscal Digital- EFD.

Face ao exposto, voto pela **IMPROCEDÊNCIA** do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** O Auto de Infração nº **269200.0033/17-1**, lavrado contra **RAMIRO CAMPELO COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA**.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do artigo 169, inciso I, alínea “a”, item 1 do RPAF/99, aprovado pelo Decreto 7.629/99, alterado pelo Decreto 13.537/11, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de julho de 2018

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR